



SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

ACTA N.º 4/2012
(CONTÉM 22 PÁGINAS)

Por convocatória da Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, datada de 14 de setembro 2012, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Mini Auditório, pelas 14.00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Informações;
2. Período antes da Ordem do Dia;
3. Aprovação da ata de 22 de junho de 2012;
4. Projeto de Regulamento Interno da Loja Solidária;
5. Projeto de Regulamento do Arquivo Municipal de Miranda do Douro;
6. Contratação de Serviços de Auditor/Revisor Oficial de Contas - Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro;
7. Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. Plano de Liquidação dos Pagamentos em Atraso verificados entre 01/01/2012 a 21/02/2012 e Plano de Liquidação das restantes contas processadas/conferidas até à data de 21/02/2012.
8. Apreciação do Relatório de Auditoria e Acompanhamento a 30 de Junho de 2012 da Câmara Municipal de Miranda do Douro;
9. Apreciação do Relatório de Auditoria e Acompanhamento a 30 de Junho de 2012 da Miranda Cultural e Rural, E.M.;
10. Deliberação/Pronuncia sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica (artº 11, nºs 1, 3 e 5 da Lei 22/2012 de 30/05);
11. 11. Plano de Saneamento Financeiro;
12. 12. Empréstimo de médio e longo Prazo para Saneamento Financeiro até ao montante de 2.351.671,39 €;
13. 13. Adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) - Programa II, do Plano de Ajustamento Financeiro;

Jacinta
Jesus
Raposo
F

- 14. 14. Adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) – Programa II, de um empréstimo de Médio e Longo Prazo até ao limite máximo dos pagamentos em atraso constantes da lista dos pagamentos que integra O Plano de Ajustamento Financeiro.
- 15. Apreciação da Informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara;

Verificou-se a ausência dos membros a seguir mencionados: Manuel Rodrigo Martins e André Manuel de Pera Almendra.....

Estiveram presentes os seguintes membros: Jacinta Jesus Raposo Fernandes, Carlos do Nascimento Ferreira, António Augusto Castro Carção, Nascimento Augusto Afonso, Carla Maria Fernandes Teixeira Martins, Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, Manuel de São Pedro Granjo, Jacinto dos Santos Afonso, Belmiro dos Anjos Gonçalves, Alfredo José Garcia Cameirão, Alice Jesus Alves Velho, Graça Maria Teles de Sousa Carvalho, Alberto José Raposo, João Carlos Neto Lopes, Ivo Manuel Raposo Mendes, Maria da Conceição Celas Pinto Preto, José Manuel Geraldês, Moisés Pêra Esteves, José Francisco Galego Domingues em substituição de Domingos Augusto Ruano, Manuel da Cruz Antão Pires Lopes, Orlando Seixas Vaqueiro, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Artur Augusto Gomes, Manuel Guerra Gonçalves, Luís António Raimundo Preto, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Aquilino José Morete Ginjo, Francisco Afonso Fidalgo, Adérito dos Santos Martins, José Abílio João e Maria Rosa Fernandes Preto em substituição de Francisco Cândido Preto.

1. INFORMAÇÕES;.....

A presidente da Mesa começou por cumprimentar a todos e dar informação sobre alguma correspondência recebida, nomeadamente de uma Moção enviada pela Assembleia Municipal de Penamacor e de uma outra enviada pela Assembleia Municipal de Mogadouro sobre a retirada do helicóptero de Macedo de Cavaleiros.

De seguida solicitou a inserção de 4 pontos na Ordem de Trabalhos, designadamente os pontos, 11. Plano de Saneamento Financeiro; 12.

Acute
mu
mf
q

Empréstimo de médio e longo Prazo para Saneamento Financeiro até ao montante de 2.351.671,39 €; 13. Adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) – Programa II, do Plano de Ajustamento Financeiro; 14. Adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) – Programa II, de um empréstimo de Médio e Longo Prazo até ao limite máximo dos pagamentos em atraso constantes da lista dos pagamentos que integra o Plano de Ajustamento Financeiro; dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que explicou a necessidade da inclusão dos referidos pontos. -----

Depois da Senhora Presidente se ter dirigido à Assembleia pedindo o agendamento destes quatro pontos, **Belmiro Gonçalves solicitou a palavra**, referindo que tinha alguma dificuldade em votar a favor do seu agendamento porque são pontos importantes e com consequências penosas para os munícipes sem que tivesse havido qualquer informação na ordem de trabalhos. Assim sendo e com base no regimento (artº 43) solicitou à Senhora Presidente a interrupção da Assembleia, para conjuntamente com os seus pares poder analisar a oportunidade do seu agendamento. O qual foi aceite pela Presidente da Mesa. -----

Passado o tempo, o deputado António Carção em nome do grupo parlamentar do PSD, disse aceitarem o agendamento dos pontos em questão e que necessitariam de mais 30 minutos aquando da discussão dos mesmos, para analisarem em conjunto. -----

Colocada a votação a inserção dos quatro pontos acima referenciados, foi aprovado por unanimidade. -----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

Abertas as inscrições para intervir neste ponto, inscreveram-se os membros a seguir mencionados: -----

António Carção disse: Sobre as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, em 2011, este executivo não transferiu para as mesmas cerca de

170.000,00 €, justificando-se sempre por falta de protocolo, a meu ver foi falta de vontade política deste executivo que extorquiu este dinheiro às Juntas de Freguesia e às suas gentes. -----

No Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2012, aprovado em Dezembro último foi aprovada a verba de 232.275,34 € por proposta deste executivo. Quando faz as respetivas transferências? Já só tem 3 meses para cumprir ou vai uma vez mais enganar os Presidentes de Junta. Será que os Presidentes de Junta já se resignaram? -----

Relativamente à Língua e Cultura Mirandesa, no site do Turismo Norte Portugal está agendado que o dia 17 de setembro "Dia da Oficialização da Língua Mirandesa", seria comemorado. Afinal quais foram as comemorações? Publicidade enganosa é desrespeito pela Língua Mirandesa que por ironia do destino a Biblioteca de Mogadouro comemorou o dia, coisa que a Câmara de Miranda do Douro ignorou. -----

Já que estou a falar do Turismo Norte de Portugal, em fevereiro de 2010, na Feira dos Sabores, o Vice-presidente desta Instituição, Dr. Júlio Meirinhos, anunciou com pompa e circunstância a criação de uma loja Gourmet, interligada com muitas outras de forma a promover os produtos de Miranda e a nossa cultura. Já passaram dois anos e meio. Para quando a sua inauguração? Já agora como está o projeto Ecocitras? -----

António Barbosa: Felicitou o executivo pelos eventos realizados este Verão e pela remodelação da cidade, pois tem recebido muitos elogios pelas obras que estão a executar. Aconselhou que não se pode parar. -----

Por fim, convidou todos os presentes para a inauguração do restauro da Capela de Vale de Águia. -----

Manuel Gonçalves disse: Portugal está um caos e tudo pela dívida pública, fechos de instituições e aumentos de impostos em cadeia, cortes na saúde, no ensino, na justiça. Mas nada muda, continuamos a verificar o aumento da mesma dívida. -----



Num estado democrata com deveres e direitos, que se impõe os deveres e se retiram os direitos, onde está a democracia?

No meu entendimento se ficamos sem direitos não temos que ter deveres. Porque e para quê pagar impostos?

A falta de medidas estruturantes na agricultura que é este um dos sectores primordiais na economia e estabilidade de um país.

A corrupção, desvios, abuso de poder, trafego de influências, de toda a classe política, levaram este país à situação em que nos encontramos.

A contrariar esta gestão desastrosa do governo, a gestão dos últimos três anos desta Câmara, tem existido o bom senso e o rigor.

Aproveito a oportunidade para me congratular com o atual executivo desta Câmara:

Por até ao momento não existir o mínimo indicio destas práticas.

Pela redução da dívida da Câmara em cerca de três milhões de euros.

Por antevendo o que aí vinha, ter evitado a obrigação de aplicar as taxas máximas nos impostos municipais.

Um agradecimento a todo o executivo pelo empenho na permanência da Escola de 1º Ciclo de Palaçoulo, em especial Dra. Anabela, Dr. Francisco em representação do Sr. Presidente Dr. Artur Nunes o meu muito obrigado, compensou a nossa deslocação ao Porto, compensou todo o trabalho do abaixo-assinado, pela defesa desta causa.

Sr. Presidente, Palaçoulo ficar-lhe-á grato pelas obras de reabilitação do Vale das latas e Espineiro, um projeto da Junta de Freguesia que o executivo da Câmara acarinhou, prontificando-se a que este venha a ser uma realidade. Também pela conduta de elevação da água de abastecimento público, obra já adjudicada que vai acabar com os sucessivos rebentamentos das ruas.

Termino com um apelo ao fim da crítica injustificada e sem rosto, ao fim de atribuir responsabilidades a quem não as tem.

Sejamos críticos humildes, reconhecendo os defeitos mas as virtudes também e dar o seu a seu dono!



Moisés Esteves: Agradeceu ao executivo a cedência do autocarro para os idosos da sua freguesia poderem ir ver o mar. -----

Deixou um reparo para o Posto de Turismo, na sua opinião, os funcionários deviam mostrar mais profissionalismo. Acrescentou que, se queremos ter um turismo de qualidade, tem que se fazer um trabalho com mais eficiência e paixão. -----

Deixou um desafio a todos os membros da Assembleia Municipal, para abdicarem do recebimento da senha de presença e ajudas de custo em prol de projetos da juventude, e assim também mostrar às pessoas que fazem algo pelo Concelho. -----

Alberto Raposo: Não deixarei neste ponto de fazer uma pequena abordagem política local e nacional. -----

Nacional: nunca pensei, como português e um pouco ligado à política, que o País mergulhasse, a ponto de as próximas gerações ficarem cada vez mais empobrecidas, e sem qualquer saída futura para os nossos filhos e netos.

Homens, políticos de cabelos brancos na Europa e em Portugal, não temos, os que temos são os doutores da política, formados nas Universidades em períodos noturnos onde num ano faziam dois ou três. Só aprenderam a parte teórica, mas falta-lhes a prática, ou seja, o que é a vida de verdade, porque eles não sabem. -----

Senhores deputados e deputadas desta Assembleia, é tempo de pensar e meditar um pouco e dizer, basta de tanta mentira. O que hoje vem um político à comunicação social falar aos portugueses, dizendo que vai fazer, amanhã vem o mesmo político dizer que já não vai fazer, ou seja, o que hoje é verdade, amanhã é mentira. -----

São esses governantes, que temos, que acabaram com o sistema de saúde em Portugal, com a justiça, com a educação, com a nossa agricultura, etc. etc., e depois temos a pouca hombridade de vir defendê-los nesta sala, e dar-lhe o nosso cartão de cidadão para constituir uma lista: **Repito, é tempo de dizer basta.** -----

Em termos de política local, estamos no mesmo, encerram escolas, hospitais, tribunais, correios, e agora finanças e serviços públicos. E, nós continuamos a colaborar, como se nada fosse, e que o futuro dos nossos filhos não estivesse posto em causa. Caras amigas e amigos pensem um pouco... vamos acreditar em pessoas que falam a verdade, pessoas honestas, educadas e que durante três anos ainda ninguém lhe apontou seja o que for. Basta de corruptos na política e no poder local. -----

Na continuação da minha intervenção, também quero perguntar ao Grupo Parlamentar do PSD, nesta sala, se algum dia questionaram os vereadores eleitos, por não se fazerem representar em nenhum dos eventos e festividades, levadas a cabo pela Câmara Municipal. E, quais os motivos do Vereador Américo Tomé para faltar a mais de 50% das reuniões da Câmara Municipal. Penso não ter sido essa a intenção dos mirandeses, ao depositarem o voto nas listas do PSD. O Engº Manuel Rodrigo, já nos habituou a essas políticas, só representa se houver tacho, agora é de estranhar essa doença do PSD local, estar atingir os dois vereadores em causa. -----

José Abílio: Agradeceu ao executivo pelo Concurso da Raça Bovina Mirandesa, pela presença do mesmo, e alguns presidentes de Junta estarem presentes na Exposição etnográfica em Cicouro. -----

Agradeceu ainda ao executivo pela resolução do problema existente em anos anteriores relativamente ao abastecimento de água a Cicouro, que este ano não houve problemas de falta de água. -----

Luís Preto: Agradeceu ao executivo pelo apoio dado nos projetos executados em Picote. Também na ajuda que prestou com os protocolos com a REN. -----

Deu ainda os parabéns pela oferta dos livros ao 1º Ciclo e pelas aulas de desporto. -----

Disse para continuarem a trabalhar, para que 2013 seja melhor. -----




Francisco Fidalgo: Realizou-se há dias neste auditório, uma sessão de esclarecimento sobre os incêndios, com a participação entre outros do senhor Comandante Distrital da Proteção Civil. Felicito os organizadores do evento pela iniciativa, e, sugeria que se fosse mais longe, pois todos nós sabemos que o melhor ataque aos incêndios e à prevenção. Já pus em devido tempo, a questão nesta Assembleia sobre este tema, focando a necessidade de melhorar as acessibilidades, ao dispositivo dos elementos que combatem os incêndios, aumentando a eficácia e protegendo vidas humanas. Na minha freguesia, há uma grande mancha de sobreiros, parte desta mancha, corre sérios riscos de arder, e pior, se tal acontecer haverá extrema dificuldade em combater o incêndio, por falta de acessibilidades. Somos um país com poucos recursos naturais, a floresta é quase uma exceção, e dentro da floresta, tem relevante importância o sobreiro. O volume de exportações de produtos derivados da cortiça, foi no ano de 2011 do valor de 756 milhões de euros, distribuídos por 700 empresas e mantendo 10.000 postos de trabalho. Com esta minha intervenção, gostaria de sensibilizar a Câmara Municipal em especial o senhor vereador responsável pelo pelouro das máquinas e da proteção civil, para em colaboração com proprietários e juntas de freguesia, combater este flagelo, que são os incêndios. Da minha parte estou disponível. -----

Queria também deixar uma palavra de apreço pelo trabalho do funcionário responsável pelas águas pela forma e prontidão como resolveu este problema neste Verão na minha Freguesia. -----

Belmiro Gonçalves: Começou por afirmar que era importante alterar pontualmente o Regimento e perguntou à senhora Presidente quando isso poderia ter lugar. -----

De seguida enumerou algumas iniciativas levadas a cabo em prol do Concelho: -----

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), um organismo ambiental, com delegação em Espanha, vai avançar com uma proposta para que a região transfronteiriça das Arribas do Douro Internacional sejam declaradas Património Mundial da Humanidade. -----

Associações promovem antigas técnicas de construção de paredes e muros. O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro (AECT) e Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) assinaram hoje um protocolo de cooperação para fortalecer as ações de preservação ambiental na área abrangida por aquela instituição transfronteiriça. -----

Inventariação do espólio do investigador António Maria Mourinho já está concluída e esse espólio constituído por inúmeros manuscritos, fotografias, registos fonográficos, rolos fotográficos e material audiovisual. -----

Visitantes da cidade-museu dispõem de serviço de áudio-guia, uma nova forma de dar conhecer aos visitantes os pontos de interesse históricos e culturais da cidade de Miranda do Douro. -----

REN dá 370 mil euros a duas freguesias mirandesas – Picote, 181 mil euros e Vila Chã da Braciosa, 119 mil euros. Os senhores residentes de Junta apresentaram três projetos que foram aprovados; apoios foram atribuídos pela REN como contrapartidas voluntárias de compensação ambiental decorrentes dos projetos de linhas elétricas levados a cabo pela empresa no âmbito do aumento do reforço da potência feito nas barragens de Picote. -----

O impacto ambiental causado não tem preço. Terminou este ponto felicitando ambos os Presidentes de Junta pelos apoios conseguidos. -----

Alfredo Cameirão: Falou sobre o Áudio-Guia que existe em Miranda e demonstrou a sua preocupação e reprovação por estar traduzido em várias línguas menos em Mirandês. Acha uma barbaridade destruir assim a nossa cultura. -----

Por fim, em tom crítico, propôs que se premiassem, pelos seus atos, algumas figuras do Governo, dando alguns exemplos de políticos. -----

Presidente da Câmara: Falou sobre o dia da cidade e deixou um reparo à falta de comparência de alguns presidentes de Junta e deputados municipais, nomeadamente em atos oficiais. -----

Em relação à retirada do helicóptero de Macedo de Cavaleiros, também lamentou a falta de gente na manifestação. -----

Informou da ordem de trabalhos no congresso da ANMP, a realizar no dia seguinte. -----

Falou também sobre a Lei dos compromissos e Fundos disponíveis. Referiu que a Câmara não tem fundos disponíveis e isso torna o funcionamento da Câmara mais difícil. -----

Em resposta ao deputado Carção lembrou que o programa Qren terminou e não é possível avançar com alguns projetos financiados como sejam a Loja de Turismo e o Ecocitras. -----

Em relação às transferências para as juntas de freguesia, referiu que não há verbas nem fundos disponíveis. -----

3. APROVAÇÃO DA ATA DE 22 DE JUNHO DE 2012; -----

Não tendo havido quaisquer inscrições para intervir neste ponto, foi a ata de 22 de junho de 2012, colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria com cinco abstenções, nomeadamente de Graça Maria Teles de Sousa Carvalho, José Manuel Geraldês, Domingos Augusto Ruano, Alice Jesus Alvo Velho e Ivo Manuel Raposo Mendes, por não terem estado presentes. -----

4. PROJETO DE REGULAMENTO INTERNO DA LOJA SOLIDÁRIA; -----

Não tendo havido quaisquer inscrições para intervir neste ponto, foi o Projeto de Regulamento Interno da Loja Solidária, colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

5. PROJETO DE REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO; -----

Foram abertas as inscrições para quem quisesse intervir neste assunto, tendo-se inscrito os seguintes membros: -----

Nascimento Afonso: Congratulou-se por mais este equipamento cultural e cumprimentou os responsáveis pela feliz ideia e sua concretização. Disse ainda que a nova estrutura fazia falta, pois é um equipamento que enobrece e enriquece culturalmente Miranda do Douro. Trata-se da memória, do registo

Facete
Neu



histórico, social, cultural, económico, político e humano do concelho. Todo este património do Arquivo Municipal passa, a partir de agora, a possuir casa própria, instalações dignas, onde poderá ser consultado por investigadores ou simples curiosos, mirandeses ou não. Quanto ao Projeto de Regulamento, disse aprovar o mesmo com todo o gosto. -----

António Carção: Em relação ao regulamento do Arquivo Municipal, é com todo o agrado que voto favoravelmente este regulamento, projeto do anterior executivo, pois a cultura promove-se, divulga-se e preserva-se. -----

Colocado a votação, foi o projeto de regulamento do arquivo municipal de Miranda do Douro, aprovado por unanimidade e em minuta. -----

6. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITOR/REVISOR OFICIAL DE CONTAS – LEI Nº2/2007, DE 15 DE JANEIRO; -----

Não tendo havido quaisquer inscrições para intervir neste ponto, foi a contratação de Serviços de Auditor/Revisor Oficial de Contas, colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade e em minuta. -----

7. LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO – LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO. PLANO DE LIQUIDAÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO VERIFICADOS ENTRE 01/01/2012 A 21/02/2012 E PLANO DE LIQUIDAÇÃO DAS RESTANTES CONTAS PROCESSADAS/CONFERIDAS ATÉ À DATA DE 21/02/2012; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que prestou alguns esclarecimentos sobre a dívida e os Planos em causa. -----

António Carção: Na Assembleia de Junho aprovámos uma listagem de dívidas a curto prazo de 5.135.000,00 €, agora em setembro mais uma listagem de cerca de 2.600.000,00 € de dívida a curto prazo. Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, porque em Maio de 2012 fez declarações às rádios que a Câmara de Miranda do Douro tinha feito uma gestão brilhante, onde os

pagamentos a curto prazo passavam de 290 dias para 39 dias. Mais grave ainda, o senhor Presidente da Câmara sabia melhor que ninguém que não era verdade; fica-lhe mal como Presidente enganar deliberadamente os seus munícipes, e, como economista de profissão que é, dá-lhe pouca credibilidade. A mim e a muitos mirandeses, o senhor não engana, mas enganou o Sr. Deputado Nascimento Afonso, ver a figura que fez na última Assembleia e o que vem plasmado em ata, e muitos outros que utilizando a Internet lhe fizeram rasgados elogios imerecidos, pois afinal a dívida a curto prazo ultrapassa os 6.000.000,00 €, pois só hoje vai recorrer ao maior empréstimo desta autarquia, ou melhor, é o dobro do maior empréstimo até agora contraído. Esta Assembleia e os mirandeses merecem esta explicação. -----

Colocado a votação o assunto em referência, foi o mesmo aprovado por unanimidade e em minuta. -----

8. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA E ACOMPANHAMENTO A 30 DE JUNHO DE 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO; -----

Foram abertas as inscrições para quem quisesse intervir neste assunto, tendo-se inscrito os seguinte membros:-----

Nascimento Afonso: “Trata-se da análise económico-financeira e patrimonial do Município no 1º semestre do corrente ano. Não estávamos habituados a isto. Mas faz bem o Executivo em fazer auditar e acompanhar as contas do Município. -----

Em minha opinião, estamos perante um Relatório completo, independente, rigoroso e transparente como a água cristalina. Com efeito, as anomalias detetadas não são escondidas debaixo do tapete; antes, apresentam-se estratégias de remediação das mesmas. -----

Porém, o que mais ressalta do Relatório, em geral, é o rigor da gestão económico-financeira do período auditado, traduzido em resultados francamente positivos. Senão vejamos, a título de exemplo: -----

As dívidas de “clientes, contribuintes e utentes” diminuíram em relação a 31 de Dezembro de 2011 e em relação ao período homólogo do mesmo ano; ---

Houve uma diminuição do saldo em dívida em relação aos fornecedores. Tal facto traduz uma ligeira diminuição do prazo médio de pagamento; -----

Houve igualmente uma diminuição do saldo em dívida em relação aos empréstimos obtidos. Isto porque o Município continua a cumprir “tempestivamente as obrigações de liquidação do serviço da dívida”; -----

Os tributos financeiros (referentes ao 1º semestre) do Município em relação ao Estado (leia-se Segurança Social, ADSE, CGA) “foram pagos pontualmente e dentro dos prazos estipulados na lei”; -----

As dívidas a “fornecedores de imobilizado”, também diminuíram; -----

O saldo existente, em 30 de Junho (pp), representa um aumento de 21% face ao período homólogo de 2011; -----

Os custos com os materiais consumidos nas obras realizadas por administração direta tiveram uma variação, para menos, na ordem dos 39%; ----

A rubrica “fornecimentos e serviços externos” (comparativamente com o período homólogo de 2011) teve um decréscimo de 23%: (combustíveis – menos 12,75%; material de escritório – menos 45,31%; aquisição de serviços – menos 47,73%); -----

Mesmo assim, com esta política de contenção de custos, as transferências correntes (leia-se subsídios correntes) concedidos pelo Município, aumentaram 32,94%; -----

Os custos com o pessoal (em relação ao período homólogo de 2011) diminuíram 11,33%; -----

As “vendas e prestação de serviços” (em relação ao período homólogo de 2011) aumentaram 66%; -----

Os juros dos depósitos registaram uma diminuição, comparativamente a igual período do ano anterior (...); -----

Concluo, assim, o presente Relatório que – no decurso do primeiro semestre de 2012 – a evolução da exploração teve um comportamento favorável. É de louvar tal comportamento e os seus responsáveis. -----

De acordo com o mesmo Relatório, o Município “continua a evidenciar uma insuficiência de liquidez” e “um nível de endividamento” que roça os “limites legais estabelecidos”. Nada que o presente Executivo não saiba. Aliás, desde a primeira hora e em tempos muito difíceis – numa lição de inexcusável transparência e também de coragem – tem advertido esta digníssima Assembleia para tal facto e tudo tem feito para a consolidação das contas do Município. -----

Não alivie a pressão, Sr. Presidente, porque está no bom caminho”. -----

António Carção: Depois de ler e apreciar o Relatório do Revisor Oficial de Contas da gestão da Câmara Municipal de Miranda do Douro, embora com palavras mansas, este relatório é arrasador para a gestão deste Município neste semestre. Cito palavras do Revisor de Contas externo “A execução orçamental põe em causa o princípio de equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente cobrada é inferior à despesa corrente (pessoal e funcionamento de toda a estrutura da Câmara - bens não duradouros) com um desequilíbrio de 28% (pág.25)”, o que significa que as receitas de capital estão a sustentar as despesas correntes que têm um défice de 28%. Câmara gorda, que gasta o que tem e pior, o que não tem. -----

Em relação ao capital o R.O.C. diz: “A execução da receita de capital (obras/bens duradouros) fica aquém do orçamento em 76%”. Isto quer dizer que a execução de capital vai em 24% do Orçamento, pág. 25”, uma miséria. Termina o Revisor de Contas “Os valores de endividamento encontram-se perto do limite de endividamento, pág. 25”. Aqui uma reflexão, porque será que a Câmara recorreu à Empresa Municipal para recrutar pessoal? Provavelmente porque a autarquia já tinha ultrapassado a capacidade de endividamento. Até aqui o ROC foi muito brando no Relatório provavelmente. -----

Belmiro Gonçalves: Salientou, entre outros, alguns pontos em que são referidos procedimentos que urge corrigir no funcionamento da autarquia. E ainda outros tais como: -----



Elaboração das reconciliações bancárias efetuadas pelo tesoureiro e que configura uma incompatibilidade; -----

Não existe uma articulação fiável entre secção de compras e património; -----

A autarquia não possui projetos de execução de obras por administração direta. -----

Os cheques são preenchido pelo tesoureiro e seria mais correto que fossem emitidos na secção de contabilidade; -----

Verifica-se que a execução orçamental põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi inferior à despesa corrente do mesmo período. -----

A execução orçamental ficou aquém das projeções da despesa e da receita plasmadas no orçamento de 2012; -----

O município apresenta valores de endividamento que se encontram muito perto dos limites legais estabelecidos. -----

O Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas. -----

9. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA E ACOMPANHAMENTO A 30 DE JUNHO DE 2012 DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.; -----

Foram abertas as inscrições para quem quisesse intervir neste ponto: -----

António Carção: Neste semestre a situação financeira melhorou, aqui deixo um apreço para todos os que trabalharam nestes resultados. Mas nem tudo são rosas, mesmo melhorando os resultados económicos, a sua exploração é ainda deficitária em 1.000,00 €/mês. Não foi isto que prometeram aos Mirandeses em Campanha Eleitoral. -----

Já agora, gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara, qual a situação do “Matadouro Novo” prometido aos Mirandeses? -----

Presidente da Câmara: Respondeu que aguardam financiamento para continuar. -----

10. DELIBERAÇÃO/PRONUNCIACIÃO SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA (ARTº 11, Nº S 1, 3 E 5 DA LEI 22/2012 DE 30/05); -----

Abertas as inscrições para intervir neste ponto, inscreveram-se os seguintes membros: -----

Belmiro Gonçalves: Começou por lembrar que a criação dos concelhos, remonta ao tempo em que o meio de transporte habitual era o cavalo e daí existirem alguns concelhos muito próximos. Sobre a Lei nº 22/2012 de 30 de Maio, referiu que a mesma não respeita a especificidade das juntas de freguesia do interior dado que usa liminarmente processos estatísticos que aumentam cada vez mais as assimetrias existentes. -----

Alfredo Cameirão: Referiu que esta Lei é um espelho do governo, é forte com os fracos e é fraca com os fortes. -----

Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade a pronúncia negativa.

O membro Moisés Pera Esteves, ausentou-se antes da votação dos seguintes pontos. -----

11. PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que fez uma exposição sobre o Plano de Saneamento Financeiro. -----

De seguida, foi dada a palavra ao Dr. Carlos Fernandes, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira que deu algumas explicações técnicas. -----

Colocado a votação foi o Plano de Saneamento Financeiro aprovado por maioria dos presentes com 19 votos a favor, nomeadamente dos seguintes membros: Jacinta Jesus Raposo Fernandes, Carlos do Nascimento Ferreira, Nascimento Augusto Afonso, Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, Jacinto dos Santos Afonso, Alfredo José Garcia Cameirão, Graça Maria Teles de Sousa Carvalho, Alberto José Raposo, Ivo Manuel Raposo Mendes, José Francisco Galego Domingues (em substituição de Domingos Augusto Ruano), Manuel da

Cruz Antão Pires Lopes, Orlando Seixas Vaqueiro, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Manuel Guerra Gonçalves, Luís António Raimundo Preto, Aquilino José Morete Ginjo, Adérito dos Santos Martins e José Abílio João; 4 votos contra, nomeadamente dos seguintes membros: António Augusto Castro Carção, Manuel de São Pedro Granjo, Belmiro dos Anjos Gonçalves e João Carlos Neto Lopes; e 9 abstenções nomeadamente dos membros: Carla Maria Fernandes Teixeira Martins, Alice Jesus Alves Velho, Maria Conceição Celas Pinto Preto, José Manuel Geraldês, Artur Augusto Gomes, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Francisco Afonso Fidalgo e Maria Rosa Fernandes Preto (em substituição de Francisco Cândido Preto). -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

12. EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE DE 2.351.671,39 €; -----

Foi presente o Despacho do Sr. Presidente da Câmara ao qual se encontra anexo o mapa demonstrativo da situação do Município face aos limites legais de endividamento, bem como as propostas apresentadas pelas entidades de crédito concorrentes, que colocado a votação foi aprovada por maioria, a autorização para contração de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 2.351.671,39 €, pelo período de 12 anos, tendo obtido os seguintes resultados: 19 votos a favor, nomeadamente dos seguintes membros: Jacinta Jesus Raposo Fernandes, Carlos do Nascimento Ferreira, Nascimento Augusto Afonso, Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, Jacinto dos Santos Afonso, Alfredo José Garcia Cameirão, Graça Maria Teles de Sousa Carvalho, Alberto José Raposo, Ivo Manuel Raposo Mendes, José Francisco Galego Domingues (em substituição de Domingos Augusto Ruano), Manuel da Cruz Antão Pires Lopes, Orlando Seixas Vaqueiro, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Manuel Guerra Gonçalves, Luís António Raimundo Preto, Aquilino José Morete Ginjo, Adérito dos Santos Martins e José Abílio João; 4 votos contra, nomeadamente dos seguintes membros: António Augusto Castro Carção, Manuel de São Pedro Granjo, Belmiro dos Anjos

Gonçalves e João Carlos Neto Lopes; e 9 abstenções nomeadamente dos membros: Carla Maria Fernandes Teixeira Martins, Alice Jesus Alves Velho, Maria Conceição Celas Pinto Preto, José Manuel Geraldês, Artur Augusto Gomes, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Francisco Afonso Fidalgo e Maria Rosa Fernandes Preto (em substituição de Francisco Cândido Preto). -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

13. ADESÃO AO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) – PROGRAMA II, DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO;

Foi presente o formulário de Adesão e os formulários de candidaturas ao Programa II que constam como anexo do Plano de Saneamento Financeiro, que colocado a votação foi aprovado por maioria, a Adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), Programa II do Plano de Ajustamento Financeiro, tendo obtido os seguintes resultados: 19 votos a favor, nomeadamente dos seguintes membros: Jacinta Jesus Raposo Fernandes, Carlos do Nascimento Ferreira, Nascimento Augusto Afonso, Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, Jacinto dos Santos Afonso, Alfredo José Garcia Cameirão, Graça Maria Teles de Sousa Carvalho, Alberto José Raposo, Ivo Manuel Raposo Mendes, José Francisco Galego Domingues (em substituição de Domingos Augusto Ruano), Manuel da Cruz Antão Pires Lopes, Orlando Seixas Vaqueiro, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Manuel Guerra Gonçalves, Luís António Raimundo Preto, Aquilino José Morete Ginjo, Adérito dos Santos Martins e José Abílio João; 4 votos contra, nomeadamente dos seguintes membros: António Augusto Castro Carção, Manuel de São Pedro Granjo, Belmiro dos Anjos Gonçalves e João Carlos Neto Lopes; e 9 abstenções nomeadamente dos membros: Carla Maria Fernandes Teixeira Martins, Alice Jesus Alves Velho, Maria Conceição Celas Pinto Preto, José Manuel Geraldês, Artur Augusto Gomes, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Francisco Afonso Fidalgo e Maria Rosa Fernandes Preto (em substituição de Francisco Cândido Preto). -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

14. ADESÃO AO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) – PROGRAMA II, DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO LIMITE MÁXIMO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO CONSTANTES DA LISTA DOS PAGAMENTOS QUE INTEGRA O PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO;

Foi proposto contrair um empréstimo junto do estado ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) – Programa II, no montante máximo do valor elegível para efeitos do Programa até 3.502.997,22 €, pelo período de 14 anos, que, colocado a votação foi aprovado por maioria, aprovar o proposto, tendo obtido os seguintes resultados: 19 votos a favor, nomeadamente dos seguintes membros: Jacinta Jesus Raposo Fernandes, Carlos do Nascimento Ferreira, Nascimento Augusto Afonso, Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, Jacinto dos Santos Afonso, Alfredo José Garcia Cameirão, Graça Maria Teles de Sousa Carvalho, Alberto José Raposo, Ivo Manuel Raposo Mendes, José Francisco Galego Domingues (em substituição de Domingos Augusto Ruano), Manuel da Cruz Antão Pires Lopes, Orlando Seixas Vaqueiro, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Manuel Guerra Gonçalves, Luís António Raimundo Preto, Aquilino José Morete Ginjo, Adérito dos Santos Martins e José Abílio João; 4 votos contra, nomeadamente dos seguintes membros: António Augusto Castro Carção, Manuel de São Pedro Granjo, Belmiro dos Anjos Gonçalves e João Carlos Neto Lopes; e 9 abstenções nomeadamente dos membros: Carla Maria Fernandes Teixeira Martins, Alice Jesus Alves Velho, Maria Conceição Celas Pinto Preto, José Manuel Geraldês, Artur Augusto Gomes, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Francisco Afonso Fidalgo e Maria Rosa Fernandes Preto (em substituição de Francisco Cândido Preto). -----

O deputado António Carção fez a seguinte Declaração de voto - Em relação aos pontos inseridos na Ordem de Trabalhos com os nºs 11., 12., 13. e 14., votei contra pelas seguintes razões: -----

A Câmara Municipal de Miranda do Douro vai contrair dois empréstimos juntos que fazem o maior empréstimo de sempre, mais de cinco milhões de euros. Em suma, a Troika local entrou em Miranda do Douro no dia

Sessão de 28 de setembro de 2012

28.09.2012, dia negro e de más recordações para os Mirandeses. Os Mirandeses vão ser duplamente castigados. -----

Repetindo as palavras de José Seguro (Líder Socialista), em relação ao governo de Passos Coelho (Líder do PSD e 1º Ministro) na semana passada cito "O governo falhou a toda a linha". Com a adesão a este programa da Troika local, as minhas palavras no mínimo têm de ser iguais, este executivo falhou a toda a linha, pois esgotou financeiramente a autarquia. Embora reconheça que este plano tem coisas boas, pois vai obrigar os executivos esbanjadores (como é o de Miranda do Douro), obrigando a reduzir as despesas correntes. Ele é muito penalizador para os contribuintes Mirandeses e população em geral. Diria, se uma Troika (nacional) incomoda muita gente, duas Troikas (local) incomoda muito mais: a água terá de subir para valores insuportáveis; o IMI (Imposto Municipal de Imóveis) vai aumentar, pelo menos não vai reduzir, como se impunha, já que para o próximo ano vai ser atualizado. Os investimentos de capital (obras) vão terminar ou reduzir em muito. Nos próximos 12/14 anos vai ser penoso viver no Concelho de Miranda do Douro. -----

Analisando friamente os prós e os contras desta adesão, o meu voto só pode ser contra este plano. Os votos que me deram os mirandeses não o utilizarão para os castigar, mas para os defender. O meu voto não servirá para branquear uma gestão ruinosa, irresponsável, e, pior que tudo, passiva. Ficou sempre à espera que isto acontecesse, não aceitando conselhos para um saneamento financeiro a tempo e horas. Gastou à tripa forra: Feira Medieval, autocarro topo de gama, montaria RTP, Miranda Ensemble, recrutamento de técnicos superiores desnecessários, não transfere as verbas para as juntas de freguesia, mas entrega materiais às juntas socialistas e associações e lóbis socialistas. Espero que não se desculpe com o passado. Já passaram 3 anos. ----

Sabendo que já atingiu o limite de endividamento, continua a prometer obras megalómanas, como a reestruturação do empreendimento de Sta. Luzia e outras que se irão seguir. -----

Ao aderir a este programa é reconhecer a falência financeira da Câmara. É deixar que a Câmara de Miranda do Douro seja governada de Lisboa e não pelos Mirandeses. É a perda da nossa identidade mirandesa.-----

J. Jacinto
Bel

[Handwritten mark]

Este executivo não tem pudor em aderir a este plano de ajuda, plano em que até vê vantagens quando ele não passa de um atestado de incompetência ao atual executivo. -----

Este plano tem muitos constrangimentos. Com a adesão a este plano, é o reconhecimento deste executivo que nos próximos 12/14 anos acabaram as grandes obras. Lá se vai o complexo de St^a Luzia; lá se vai o novo Matadouro; lá se vai o Ecocitras; a água vai aumentar de forma insuportável; o IMI vai subir. ---

Em conclusão, por inoperância e incompetência este executivo foi obrigado a pedir ajuda ao governo e os mirandeses vão pagar a fatura, vão pagar mais impostos. -----

O Deputado **Belmiro Gonçalves** reportando-se também aos pontos 11., 12., e 13., fez a seguinte **declaração de voto**: -----

Voto contra porque: Exige aumento genérico das taxas municipais Aumenta o IMI, o preço da água saneamento e resíduos. Para os munícipes sobram sacrifícios "imorais", na expressão do Presidente da Câmara de Évora. --

Artur Gomes: Abstive-me porque já pedi alguns arranjos na minha freguesia e nestes três anos não tivemos nada. Só vi executarem-se obras a Sul do Concelho. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

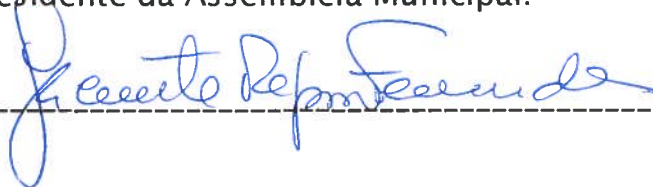
15. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA;

Abertas as inscrições para quem quiser intervir neste ponto apenas se inscreveu o Presidente da Junta de Freguesia de Paradela, **Artur Gomes** para dizer que o problema de falta de água na sua freguesia, detetou-se que foi um problema elétrico, tendo felicitado o executivo pela resolução do mesmo. -----

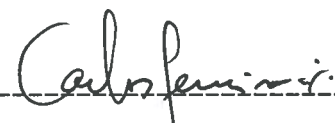
Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu as palavras dos intervenientes e deu por concluída a

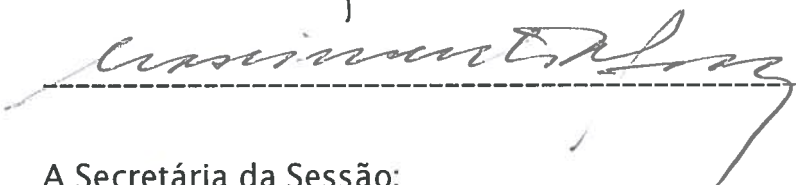
sessão, pelas 19.10 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente da Assembleia Municipal:



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal:





A Secretária da Sessão: